INFORMATIVO
bancário

/bancariosdf | bancariosdf.com.br | Brasília, 15 de agosto de 2017 | Número 1.421

BANCÁRIOS DF | Filiado à CUT CONTRAF FETEC CUT Centro Norte

Nesta edição

FESTA DOS BANCÁRIOS, DIA 26, TEM FERNANDA ABREU E MART`NÁLIA

Pág. 8

CAMPANHA NACIONAL 2017

BANCÁRIOS REIVINDICAM DA FENABAN COMPROMISSO PARA GARANTIR DIREITOS

O Comando Nacional dos Bancários entregou documento à Fenaban no dia 8 reivindicando assinatura de um Termo de Compromisso que garanta à categoria os direitos e conquistas da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT), ameaçados pela lei da terceirização e pela reforma trabalhista.

A Fenaban disse que vai estudar a reivindicação para se posicionar. O documento, aprovado pela 19ª Conferência Nacional dos Bancários realizada em São Paulo de 28 a 30 de julho, foi entregue durante mesa de negociação ocorrida no dia 8. Segundo o Dieese, a reforma trabalhista aprovada no mês passado pode alterar 43 cláusulas da Convenção, principalmente no que diz respeito a emprego, remuneração e saúde do trabalhador. Nova negociação ficou marcada para o dia 24 de agosto.

O Termo de Compromisso que o Comando Nacional quer assinar com a Fenaban aborda os seguintes pontos:

CONFIRA ALGUNS ITENS DO TERMO DE COMPROMISSO

O TERMO COMPLETO ESTÁ NO PORTAL BANCARIOSDF.COM.BR

- *As partes ajustam entre si que todas as negociações serão feitas exclusivamente com os sindicatos.*
- *As partes ajustam entre si que a Convenção Coletiva de Trabalho é válida para todos os empregados das instituições financeiras e bancárias que o assinam, independente de faixa de escolaridade e de remuneração em que se enquadram.*
- *As partes ajustam entre si que todos os trabalhadores que prestam serviço em favor da cadeia de valores, da qual sejam integrantes os bancos e as instituições financeiras sejam representados pelos sindicatos de bancários.*
- *As partes ajustam entre si que os bancos não contratarão trabalhadores terceirizados em atividades fim.*
- *As partes ajustam entre si que os bancos não empregarão, por intermédio de contratos de autônomos, de contratos intermitentes, de contratos temporários, de contratos a tempo parcial e de contratos a regime 12x36.*
- *As partes ajustam entre si que todas as cláusulas da CCT estarão asseguradas após a data base e permanecerão as suas vigências até a celebração de nova contratação.*
- *As partes ajustam entre si que todas as gratificações de função ou comissões serão incorporadas após dez anos de recebimento.*
- *As partes ajustam entre si que PLR não será parcelada em mais de duas vezes.*
- *As partes ajustam entre si que não haverá compensação de banco de horas, sem negociação coletiva.*
- *As partes ajustam entre si que não será utilizado o artigo 223 F e incisos da Lei 13.467/2017 que limita a liberdade de expressão dos sindicatos e dos trabalhadores individualmente.*
- *As partes ajustam entre si que não farão a quitação anual de passivos na forma prevista na lei 13.467/ 2017.*

ACORDO BIANUAL GARANTE CONQUISTAS E TRAZ SEGURANÇA AOS BANCÁRIOS

A CCT e os acordos coletivos vigentes garantem a bancários e bancárias de todo o território nacional, de bancos públicos e privados, a reposição integral da inflação mais 1% de ganho real sobre todas as cláusulas econômicas e sociais em 2017, inclusive PLR. O acordo, bianual, foi uma das conquistas da Campanha Nacional 2016 e tem validade até 31 de agosto de 2018.

Diante da conjuntura de retirada de direitos, o acordo firmado entre os trabalhadores do ramo financeiro e a Federação dos Bancos (Fenaban) no ano passado traz segurança e proteção aos bancários, além de assegurar o debate dos temas tratados nas mesas permanentes de negociação, como saúde no trabalho, assédio moral, igualdade de oportunidades e segurança bancária.

Um exemplo de que o acordo bianual é favorável para os bancários foi a aprovação, ainda em 2016, da Proposta de Emenda à Constituição que limita os gastos públicos e limitará reajustes salariais e gastos com servidores, o que deve impactar o orçamento das empresas estatais, aprovado pelo Ministério da Fazenda.

VITÓRIA: BANCÁRIOS DO BRB DERROTAM A PELO 35/2016 PGS. 2 E 3

CONQUISTA

MOBILIZAÇÃO DOS BANCÁRIOS DO BRB GARANTE VITÓRIA CONTRA A PELO 35/2016

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Legislativa do DF votou e derrotou a Proposta de Emenda à Lei Orgânica 35/2016. A votação foi dia 8. De autoria da deputada distrital Telma Rufino (Pros), a Pelo 35 pretendia desobrigar os servidores do GDF a terem de abrir conta corrente no BRB para receber o salário, abrindo margem para a precarização e a privatização do banco. A proposta não levava em conta que já existe a portabilidade que garante que o servidor transfira, sem nenhum custo e automaticamente, todo e qualquer recurso seu para outra instituição financeira.

Convocados pelo Sindicato, bancários e bancárias do BRB engrossaram o coro e acompanharam a votação que garantiu a inadmissibilidade do projeto. Votaram contra a Pelo 35 os deputados Prof. Reginaldo Veras (PDT), Prof. Israel Batista (PV), Júlio Cesar (PRB) e Chico Leite (Rede).

"Nós, bancários, construímos uma grande vitória contra esse projeto que demonstra a organização e força dos bancários e tem grande significado para marcar posição contra qualquer tentativa de sucateamento ou privatização do banco", assegurou **Cristiano Severo**, secretário-geral do Sindicato.

SINDICATO E BANCÁRIOS NA LUTA

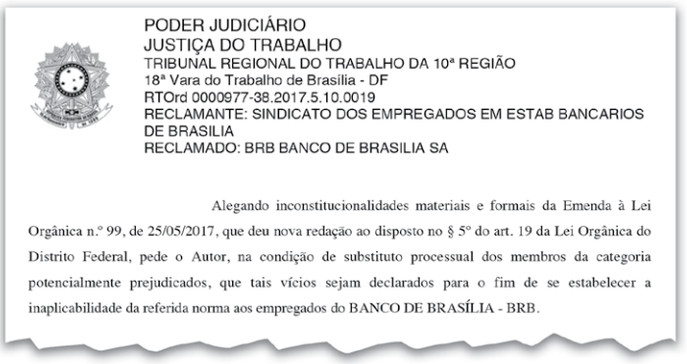
Diante da possibilidade de precarização do BRB, o Sindicato e a Fetec-CUT/CN organizaram diversos debates acerca do tema. Em abril do ano passado, os diretores do Sindicato se reuniram com o atual presidente da CCJ, Reginaldo Veras (PDT). Na ocasião, o parlamentar disse ser contrário ao texto da proposição e garantiu que, no que dependesse dele, "o projeto não ia prosperar".

Em maio de 2016, diretores do Sindicato e bancários do BRB lotaram o auditório da CLDF durante discussão do projeto. No mesmo mês, as entidades sindicais participaram de uma comissão geral que debateu a Pelo 35.

O Sindicato também dialogou com o então relator da Pelo 35, deputado Chico Leite (Rede). Em seu parecer, protocolado em 16 de junho de 2016, o distrital mencionou que a proposta não reunia condições de admissibilidade. Os representantes dos trabalhadores também procuraram o Prof. Israel, que chegou a emitir parecer favorável ao projeto, mas, depois de encontro com dirigentes sindicais, editou novo parecer, reconhecendo sua inadmissibilidade.

SINDICATO GANHA LIMINAR CONTRA APLICAÇÃO DE TETO NO BRB

Em decisão liminar tomada no dia 7, o juiz João Luiz Rocha Sampaio, titular da 18ª Vara do Trabalho do DF, concedeu liminar ao Sindicato determinando ao BRB que não aplique aos seus funcionários o teto remuneratório previsto na emenda à Lei Orgânica do DF 99/2017, de 25 de maio de 2017, que o institui também para todos os empregados de estatais do DF.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO
18ª Vara do Trabalho de Brasília - DF
RTOrd 0000977-38.2017.5.10.0019
RECLAMANTE: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTAB BANCARIOS DE BRASILIA
RECLAMADO: BRB BANCO DE BRASILIA SA

Alegando inconstitucionalidades materiais e formais da Emenda à Lei Orgânica n.º 99, de 25/05/2017, que deu nova redação ao disposto no § 5º do art. 19 da Lei Orgânica do Distrito Federal, pede o Autor, na condição de substituto processual dos membros da categoria potencialmente prejudicados, que tais vícios sejam declarados para o fim de se estabelecer a inaplicabilidade da referida norma aos empregados do BANCO DE BRASÍLIA - BRB.

Por este dispositivo, o GDF pretendia submeter todas as empresas públicas, sociedades de economia mista do DF e suas subsidiárias, indistintamente, ao teto remuneratório previsto no inciso X do art. 19 da LODF. "Ocorre [...] que há aparente incompatibilidade vertical entre o disposto na Emenda à Lei Orgânica nº 99/2017 e as normas do § 9º do art. 37 e inciso II do art. 173, ambos da Constituição da República", sustentou o juiz, ao acolher os argumentos do Sindicato.

A ação, ajuizada em 25 de julho de 2017, agora segue seu curso, com audiência já designada para o dia 19 de setembro. "O Sindicato apoia toda e qualquer medida que procure evitar salários astronômicos, porém, não pode concordar com uma medida que agride frontalmente um plano de carreira negociado e construído arduamente entre a entidade e o banco", observa **Eustáquio Ribeiro**, diretor do Sindicato.

SECRETÁRIO DE ROLLEMBERG DEFENDE PRIVATIZAÇÃO DE EMPRESAS

Na edição de 30 de julho do jornal Correio Braziliense, o secretário de Economia e Desenvolvimento Sustentável do DF, Valdir Oliveira, afirmou que o GDF deveria vender estatais para fazer caixa. No dia 1º de agosto, outra nota apresentava que a proposta recebera manifestações de apoio. A mesma nota afirmou, contudo, que alguns integrantes do governo demonstraram preocupação com a repercussão da posição do secretário.

A atitude do secretário é, no mínimo, estapafúrdia, pois o mesmo é funcionário de carreira do BB e vem a público defender privatização de empresas públicas. Porém, o que mais chama a atenção é a posição do governo Rollemberg, ou a falta dela, pois, em nenhum momento, algum integrante do governo rechaçou a ideia.

"O Sindicato considera no mínimo negligente o governo de Rollemberg, filiado a um partido dito de esquerda, o PSB, que defende agenda contra a privatização de bens públicos", afirma **André Nepomuceno**, secretário de Bancos Públicos da Fetec-CUT/CN.

Para **Cristiano Severo**, secretário-geral do Sindicato, *"se o governador realmente defende o BRB e outras empresas públicas, perdeu uma enorme oportunidade de deixar isso claro por ocasião da divulgação dos pensamentos do secretário Valdir, que, por ironia, é secretário de Desenvolvimento Sustentável, espaço em que o BRB poderia atuar com muita força".*

AÇÕES DO BRB NÃO PODERÃO SER TRANSFERIDAS AO IPREV-DF

Em decisão da Secretaria Nacional de Previdência, órgão do governo federal, as ações do BRB destinadas a fazer face ao empréstimo de R$ 483 milhões tomados pelo GDF ao Iprev-DF não poderão ser transferidas àquele departamento. A Secretaria considerou inadequado este ativo e cobrou do GDF que apontasse outros que pudessem assegurar o empréstimo.

Assim, a decisão tomada pela CLDF no final de 2016 perde efeito, e o risco de parte do BRB ser transferida ao Iprev-DF fica afastada. *"Tal situação, embora seja um alívio para o BRB, não significa que devemos ficar tranquilos, pois há ocupantes do alto escalão do GDF que defendem a venda de estatais para fazer caixa, e o governo, como já fez em outras ocasiões, pode buscar outros mecanismos para buscar recursos. Devemos ficar atentos sempre"*, explica o diretor do Sindicato, **Daniel de Oliveira.**

BB APRESENTA LUCRO DE R$ 5,2 BI.
PLR DEVE SER PAGA ATÉ 14 DE SETEMBRO

No primeiro trimestre de 2017, o Banco do Brasil obteve um lucro líquido ajustado de R$ 5,2 bilhões, que representou um crescimento de 67,3% em doze meses e 5,3% no trimestre. De acordo com o relatório do banco, o resultado foi impactado principalmente pelo aumento das rendas de tarifas e redução da despesa de provisão, quando comparado ao primeiro semestre do ano anterior. O retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio Anualizado (ROE) ficou em 10,4%, com alta de 3,8 p.p. no período.

A holding encerrou o primeiro semestre de 2017 com 99.603 empregados, com fechamento de 10.012 postos de trabalho em relação a 30 de junho de 2016. O expressivo fechamento de postos de trabalho se deveu à adesão de mais de 9,4 mil trabalhadores ao Plano Extraordinário de Aposentadoria Incentivada, anunciado em novembro de 2016. O número de agências se reduziu em 543 unidades, em virtude do plano de reorganização institucional que previa, no decorrer de 2017, o fechamento de 402 agências e a transformação de 379 em postos de atendimento.

Para a diretora do Sindicato e funcionária do BB, **Maria José Furtado (Zezé)**, *"mesmo num período de recessão, os bancos brasileiros continuam apresentando lucros altíssimos, concentrando renda e ampliando a desigualdade social no país. As altas taxas reais de juros representam grande parte desse resultado. Ainda assim, os bancos públicos e privados fecham agências e restringem o atendimento à população de menor renda".*

PAGAMENTO DA PLR

Conforme definido no acordo aditivo sobre a PLR, o pagamento deve ser realizado "em até dez dias úteis após a data de distribuição dos dividendos ou JCP-Juros sobre Capital Próprio aos acionistas". Como o BB divulgou que pretende pagar os acionistas até 31 de agosto, o prazo final para pagamento da PLR aos bancários é 14 de setembro, podendo ser pago antes.

BANCO DO BRASIL
CONTRA AMEAÇA DE TERCEIRIZAÇÃO IRRESTRITA, SINDICATO COBRA REUNIÃO COM A DITEC

O Sindicato tem recebido denúncias preocupantes acerca de estudos em curso no BB para viabilizar a terceirização dos serviços da Ditec. Diante disso, decidiu encaminhar ofício, dia 10, solicitando uma reunião com o diretor da área.

O Sindicato quer, com uma discussão transparente, entender o objetivo da assessoria que está sendo realizada pela empresa Falconi, que pode representar forte ameaça de terceirização do setor.

As ressalvas se justificam pelos riscos trazidos pela mudança na legislação trabalhista, que se complementa à lei de terceirização, bem como pela preocupação com a gestão do vice-presidente de Tecnologia do BB, Gustavo do Vale, que já esteve à frente do departamento na era FHC. Nesse período, de 2001 a 2003, a Ditec superou a marca de 50% de terceirizados com relação aos funcionários de carreira.

Outro assunto a ser tratado é a relação do banco com a empresa Oriente, que presta serviços terceirizados, cujos trabalhadores, segundo apurado, estão indo trabalhar sem vale alimentação e sem receber vale transporte. Também estão sempre recebendo o pagamento atrasado de férias e não dispõem de sala para trocarem de roupa.

PREVI FUTURO
CONTRIBUIÇÕES 2C ESTÃO ISENTAS DA TAXA DE CARREGAMENTO

Uma ótima notícia para os associados do Previ Futuro. As contribuições facultativas exclusivas do participante (2C), mensais e esporádicas, que forem pagas a partir de agosto de 2017 estão isentas da taxa de carregamento. A medida, além de atender a um pedido dos participantes, está alinhada ao objetivo estratégico de maximização do benefício do associado do Previ Futuro.

Já que o aporte na 2C é um esforço único e exclusivo do associado, sem a contrapartida do patrocinador (Banco do Brasil), a isenção possibilita incrementar o saldo de conta individual e, consequentemente, o valor do benefício de aposentadoria, o que aumenta a atratividade dessa contribuição extra.

"A isenção da taxa de carregamento nas contribuições 2C representa uma conquista dos associados, e os eleitos tiveram papel importante no pleito e na aprovação dessa medida, que vai incentivar funcionários a ampliarem sua reserva de poupança, através de contribuições maiores do que as previstas", destaca **Rafael Zanon**, conselheiro deliberativo eleito da Previ.

DESMONTE ANUNCIADO

NORMATIVA DA CAIXA INDICA FIM DOS CONCURSOS PÚBLICOS

No rastro da reforma trabalhista, a Caixa Econômica Federal, numa nova versão do normativo RH037, publicado dia 3, se adequou à Lei 13.429/2017 e sinaliza que não mais realizará concursos públicos para a contratação de seus empregados. E nem vai convocar os concursados para assumir o lugar dos que se desligaram nos planos de aposentadorias.

De acordo com a norma, os trabalhadores serão contratados por meio de empresas especializadas na prestação de serviços temporários para realizar as tarefas de técnico bancário e não terão nenhum vínculo empregatício com a Caixa.

A norma não estipula a quantidade de temporários que serão contratados, apenas define que o número de contratações dependerá da disponibilidade orçamentária e dos resultados esperados pelo gestor demandante, com base no que for determinado pela Gerência Nacional do Quadro de Pessoas e Remuneração.

A Comissão Executiva dos Empregados cobra a instituição, que terá de trazer respostas na mesa de negociação. *"A nova versão do RH37 nos permite vislumbrar o que vem pela frente, duas categorias de trabalhadores: os bancários, com direitos, conquistas e melhor remuneração e, do outro lado, fazendo a mesma atividade só que com menos direitos e ganhando menos, um terceirizado, um subempregado. Isso até que nos tornemos todos trabalhadores de segunda categoria"*, avalia o diretor do Sindicato **Antonio Abdan**.

30 DE JUNHO: CAIXA INFORMA QUE VAI DEVOLVER VALOR DESCONTADO

Em reunião com integrantes da Comissão Executiva de Empregados no dia 1º, representantes da Caixa informaram que a empresa vai creditar o valor descontado dos empregados que aderiram à Greve Geral de 30 de junho.

Apesar do Sindicato ter obtido, em 14 de julho, uma liminar da Justiça do Trabalho que impede o banco de efetuar o desconto, a decisão da desembargadora Flávia Simões Falcão, do TRT da 10ª Região, não chegou ao departamento jurídico da empresa em tempo hábil, acarretando no corte do dia.

Os representantes da Caixa informaram ainda que, enquanto o mérito da ação não for julgado, os empregados que aderiram à paralisação não terão reflexos na vida funcional.

"A reunião foi proveitosa e ouvimos da empresa aquilo que esperávamos e que é o correto a ser feito: 'a Caixa vai respeitar a decisão judicial'. Agora gostaríamos de ver é a disposição da empresa para negociar os dias 28/4 e 30/6 fora dos tribunais. Afinal, dentro do que apregoa a lei, o que os trabalhadores fizeram nesses dias foi lutar por seus direitos", pondera **Antonio Abdan**, secretário de Divulgação do Sindicato.

PLENÁRIA JURÍDICA DISCUTE AÇÕES COLETIVAS DE SUPERVISORES DE CANAIS DA CAIXA

Supervisores de canais da Caixa participaram de plenária jurídica realizada pelo Sindicato no dia 1º para discutir ação coletiva de 7ª e 8ª horas.

A assessoria jurídica do Sindicato esclareceu dúvidas e informou que entrará com ação coletiva para os sindicalizados. E será aberto prazo para sindicalização aos interessados. *"O intuito foi esclarecer dúvidas e verificar a possibilidade de atender pleito dos colegas, visto que hoje a função de supervisor de Canais tem atribuições técnicas e, logo, eles têm direito à jornada de 6 horas"*, observa a diretora do Sindicato **Fabiana Uehara.**

EM BANCARIOSDF.COM.BR: SINDICATO E EMPREGADOS DA CAIXA PROTESTAM CONTRA REESTRUTURAÇÃO

UNIDAS DF CRITICA MEDIDAS QUE VISAM ALTERAR O CUSTEIO NAS AUTOGESTÕES EM SAÚDE

A Unidas DF (União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde) tomou conhecimento das resoluções que estão sendo propostas pelo CGPAR (Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União) para estabelecer diretrizes e parâmetros mínimos de governança para as empresas estatais federais sobre benefícios de assistência à saúde e para o custeio das empresas estatais federais sobre benefícios de assistência à saúde. Se aprovadas, essas resoluções significam sérios riscos à Saúde BRB, Cassi e Saúde Caixa, que são sistemas de autogestão em saúde.

O superintendente da Unidas DF, Alberto Junior, entendeu relevante destacar:

1 O atual tratamento dispensado pelo governo às autogestões tem sido o grande responsável pelo aumento das despesas com assistência à saúde das estatais e a inviabilização dessas entidades. Diferentemente das empresas de mercado, que atualizam os preços dos produtos a qualquer tempo, as autogestões possuem receitas limitadas às contribuições recebidas das empresas e de seus empregados, corrigidas de acordo com os reajustes salariais da categoria. Entretanto, os dois grupos estão sujeitos às mesmas exigências de mercado, grande parte delas voltadas para a proteção do consumidor, relação diferente da existente entre a entidade, o empregado e a empresa.

2 De forma semelhante ao item anterior, a atual regulamentação do sistema de saúde privado impõe exigências apenas às operadoras de planos de saúde, sem, por outro lado, definir normas e critérios para a atuação dos prestadores de serviço e da indústria deste segmento. Este é um outro fator preponderante para o aumento dos custos das estatais com a assistência à saúde dos seus empregados. Não é razoável a manutenção de um modelo de atuação onde o lucro tornou-se fator preponderante e esteja diretamente relacionado ao incentivo do consumo exagerado de recursos, ao desperdício e à utilização de insumos incompatíveis com o seu propósito/indicação. Esse modelo afeta, não somente as operadoras de planos de saúde, mas também o próprio SUS, refém das mesmas práticas de mercado.

3 As medidas propostas pela CGPAR, se implementadas, promoverão impacto considerável no orçamento familiar dos empregados, levando vários deles a desistirem da assistência por incapacidade de pagamento, principalmente os de mais idade e os que mais necessitam de tratamento. Não pertencendo mais à autogestão, onde parte do custeio de seu plano é pago pela empresa, dificilmente terá condições de assumir um plano privado.

Está claro que o propósito da Comissão é limitar as despesas com assistência à saúde dos empregados das estatais, cujo impacto tem se tornado cada vez mais representativo nas demonstrações financeiras, mas as medidas propostas apenas retiram dos ombros das estatais, o compromisso com a solução de um problema que deveria ser de todos: empresa e empregados.

CPI DA PREVIDÊNCIA É PRORROGADA

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Previdência, presidida pelo senador Paulo Paim (PT-RS), retomou os trabalhos de investigação com as audiências públicas interativas, nesta segunda-feira (7).

O senador afirma que 95% dos brasileiros são contrários à reforma da Previdência e que somente os bancos irão ganhar com as reformas trabalhista e da Previdência.

"Não é justo que os grandes devedores sejam inocentados e aqueles que pagaram a vida toda, os trabalhadores, sejam chamados a pagar de novo e não se aposentar", protesta Paim.

GOVERNO TEM PRESSA EM ACABAR COM A APOSENTADORIA

Mal retomou os trabalhos, após recesso parlamentar, o Congresso já começa as articulações para aprovação da reforma da Previdência, que voltou a ser o centro da pauta legislativa após sancionada a reforma trabalhista. A intenção do governo é de que o plenário vote o quanto antes a mesma proposta que foi aprovada na comissão especial, em 9 de maio.

A nefasta proposta, que prejudica os trabalhadores para favorecer as elites financeiras, ficou parada dois meses, desde a divulgação das denúncias de envolvimento do presidente ilegítimo em esquema de pagamento de propinas e trocas de favores com empresários investigados pela Operação Lava Jato.

Porém, após o patético espetáculo do dia 2 deste mês, em que os deputados arquivaram o pedido de investigação de corrupção de Temer pelo STF, as articulações são intensificadas e o governo demonstra pressa em sua votação.

Por se tratar de uma emenda constitucional, a reforma previdenciária para ser aprovada precisa de no mínimo 308 votos, do total de 531 deputados.

COM CORTE DE EMPREGOS

ITAÚ ALCANÇA R$ 12 BI; BRADESCO LUCRA R$ 9 BI E SANTANDER BATE RECORDE

A safra de altos lucros já começa a ser colhida pelos bancos. O Itaú fechou o primeiro semestre deste ano com lucro de R$ 12,3 bilhões, um crescimento de 15% na comparação com o mesmo período 2016. Já o lucro no segundo trimestre foi de R$ 6,2 bilhões, o que representa uma leve queda de 0,1% na comparação com os três meses anteriores.

O Bradesco divulgou que obteve um lucro líquido ajustado de R$ 9,352 bilhões no primeiro semestre deste ano, com crescimento de 13% em relação ao mesmo período de 2016 e de 1,2% no trimestre.

O Santander, por sua vez, obteve o maior lucro líquido gerencial de sua história no primeiro semestre de 2017: R$ 4,615 bilhões, um crescimento de 33,2%, em relação ao mesmo período de 2016. O Brasil continua sendo o país mais lucrativo entre todos nos quais o banco atua. O lucro obtido no Brasil representa 26% do lucro global da Instituição, € 3,616 bilhões. Em seguida vem o Reino Unido, com 17%, e a Espanha, com 15%.

REDUÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO

Por outro lado, a holding do Itaú encerrou o primeiro trimestre de 2017 com redução de 961 postos de trabalho em relação a junho de 2016. Foram abertas 39 agências digitais (que já somam 154 unidades) e fechadas 184 agências físicas no país em 12 meses.

O Bradesco encerrou o primeiro semestre com 105.143 empregados, com alta de 15.719 postos de trabalho em relação ao mesmo período no ano passado, também influenciado pela aquisição do HSBC. Após a aquisição, em setembro de 2016, o quadro já se reduziu em 4.779 postos, e vai piorar ainda mais quando se mostrarem os resultados da adesão ao PDVE.

"O excelente desempenho do Santander no Brasil não foi suficiente para impedir a redução de vagas. A holding encerrou o 1º semestre com queda expressiva de 2.281 postos de trabalho em relação ao mesmo período de 2016, sendo 301 a menos no trimestre", denuncia **Jorge Kotani**, *diretor do Sindicato.*

FUNCIONÁRIOS DA COOPERFORTE DEFINEM PAUTA DE REIVINDICAÇÕES

Durante o Congresso dos Funcionários da Cooperforte, realizado no dia 3, os trabalhadores da cooperativa construíram e aprovaram a minuta de reivindicações para 2017.

Entre as principais demandas, destaque para licença paternidade, auxílio educacional, previdência privada, melhoria na política de afastamento para acompanhar familiares enfermos, salário licença saúde e cartão alimentação. Os funcionários concordaram ainda com o índice de 7,15% (sendo 5% de aumento real) a ser aplicado sobre todas as verbas salariais.

Foram debatidos também o fortalecimento e a manutenção dos bancos públicos, que estão sob ameaça do governo Temer. Os funcionários desses bancos são os maiores clientes da cooperativa.

APOIADA PELO SINDICATO, PATRÍCIA BASSANIN É ELEITA PARA O CONSELHO FISCAL DO SANTANDERPREVI

As eleições para o Conselho Fiscal e Conselho Deliberativo do SantanderPrevi terminaram no dia 3. A candidata da chapa da representação, Patrícia Bassanin Delgado, foi eleita para o Conselho Fiscal com 53,42% dos votos, uma vitória importante para os participantes. A eleição ocorre após quase 10 anos de mobilização dos bancários. Somente agora o Santander aceitou realizar eleições democráticas e transparentes para a eleição do conselho do SantanderPrevi.

CHAPA APOIADA PELO SINDICATO VENCE ELEIÇÃO PARA A FUNDAÇÃO ITAÚ UNIBANCO

A Chapa 1, apoiada pelo Sindicato, saiu vitoriosa na eleição dos representantes dos participantes da Fundação Itaú Unibanco. Na votação para o Conselho Deliberativo e Fiscal - Ativos, obteve 1.879 votos. Na votação para o Conselho Deliberativo e Fiscal - Assistidos, o número é ainda mais expressivo: 2.973 participantes apoiaram a Chapa 1. José Geraldo Martins foi reeleito para o Comitê de Gestão do Prebeg – Ativos.

LEIA EM BANCÁRIOSDF.COM.BR: SINDICATO REALIZA PLENÁRIA JURÍDICA SOBRE PDVE DO BRADESCO

● FESTA DOS BANCÁRIOS 2017

MART'NÁLIA E FERNANDA ABREU VÃO SACUDIR A AABB NO DIA 26

Está chegando a hora de comemorar e curtir mais um Dia do Bancário no evento mais esperado do ano. Dia 26 de agosto é dia de reunir a categoria de Brasília na Associação Atlética Banco do Brasil (AABB) para a tradicional Festa dos Bancários que, nesta edição, traz grandes shows com as cariocas Fernanda Abreu e Mart'nália.

O evento também contará com a apresentação de banda de forró, dupla sertaneja e espaço flashback, com o DJ Tadeu Miura.

Os sindicalizados receberão um ingresso, que dará direito a um acompanhante, nos locais de trabalho.

INSCRIÇÕES PARA O 1º OKTOBIER DOS BANCÁRIOS SÃO PRORROGADAS ATÉ O DIA 31

Em virtude das novas regras, foram prorrogadas até o dia 31 de agosto as inscrições para o 1º Oktobier dos Bancários, festival que vai reunir somente produtores de cervejas artesanais da categoria. Com a alteração da data limite para as inscrições, o calendário do Oktobier também foi ajustado.

Para escolher aquelas que irão abastecer o festival, o Sindicato realizará avaliação e julgamento das cervejas concorrentes, o que será feito agora no dia 2 de setembro, com início às 10h, na sede da entidade. Mais informações com o diretor da Fetec-CUT/CN Juliano Braga, pelo telefone 99172-5579.

Em bancariosdf.com.br você confere o regulamento e faz a sua inscrição.

O evento, que vai contar com mais de 20 estandes de variadas cervejas, da Ale à Lager, será realizado no dia 21 de outubro.

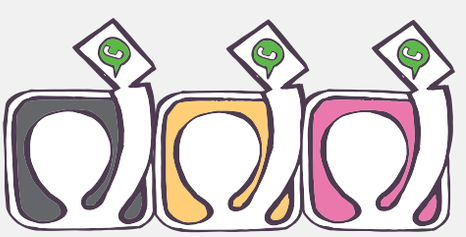
Segundo estimativas, a categoria conta hoje no Distrito Federal com mais de 100 produtores.

BANCÁRIO MÚSICO

O Sindicato também valorizará o bancário que é músico, já que o evento terá em sua programação apresentações de várias bandas, todas compostas por bancários. Inscrições no 3262-9048 (Sec. de Cultura).

ACOMPANHE A MOVIMENTAÇÃO E MAIS INFORMAÇÕES DE MAIS UMA EDIÇÃO DO TORNEIO EM BANCARIOSDF.COM.BR

SINDICATO AMPLIA COMUNICAÇÃO VIA WHATSAPP. CADASTRE-SE!



Para receber as notícias, basta adicionar o número

99124-8550

no celular e enviar uma mensagem com seu nome e a instituição bancária onde trabalha.

Expediente

INFORMATIVO bancário

BANCÁRIOS DF SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE BRASÍLIA — Filiado à CUT — CONTRAF — FETEC CUT Centro Norte

Presidente Eduardo Araújo de Souza **Secretário de Imprensa** Rafael Zanon (imprensa@bancariosdf.com.br)
Conselho Editorial Fátima Marsaro (BB), Antonio Abdan (Caixa), Cristiano Severo (BRB) e Jorge Kotani (Bancos Privados) **Editor** Renato Alves
Redação Mariluce Fernandes e Joanna Alves **Diagramação** Valdo Virgo e Fabrício Oliveira **Fotografia** Guina Ferraz
Sede SHCS EQ 314/315 Bloco A - Asa Sul - CEP 70383-400 **Telefone** (61) 3262-9090 **Endereço eletrônico** bancariosdf.com.br **e-mail** imprensa@bancariosdf.com.br
Tiragem 24.000 exemplares **Distribuição gratuita** Todas as opiniões emitidas neste informativo são de responsabilidade da diretoria do SEEB-DF